

Choque fiscal tem prioridade

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

Clara Brand



Zélia Cardoso de Mello

O programa de estabilização econômica do presidente eleito Fernando Collor de Mello, que voltará a ser discutido na segunda-feira, vai concentrar os sacrifícios do choque fiscal no ajuste das contas públicas e no aumento da carga tributária sobre o setor bancário e as empresas em geral, resguardando o poder de compra dos salários.

A economista-chefe do futuro governo, Zélia Cardoso de Mello, assegurou ontem que a política salarial não será alterada num primeiro momento, enquanto não se fizerem sentir os resultados do combate à inflação. As mudanças posteriores, como a substituição dos índices de reajustes pela inflação esperada, serão discutidas com os representantes do movimento sindical.

Economistas da equipe de Cardoso de Mello já fizeram ver ao presidente eleito que a atual regra salarial — reajustes mensais — com base na inflação passada — não é compatível com um programa de ajustamento que pretenda preservar os níveis de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) enquanto se contém a demanda pelo lado dos gastos do governo e pela redução da oferta de moeda.

A manutenção da indexa-

ção dos salários à inflação anterior teria como principal desvantagem uma rigidez dos preços que se traduziria, no momento em que fosse contida a demanda, numa queda do produto com todas as suas consequências imediatas sobre a oferta de emprego, caracterizando uma recessão que o futuro governo não pretende endossar por antecipação.

O argumento genérico utilizado pela equipe de Cardoso de Mello — como ocorreu ontem durante a reunião com o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros — é que o nível real dos salários será mantido pela estabilização dos preços num primeiro instante. Com a queda da inflação assegurada, não haveria perdas salariais decorrentes da mudança

no sistema de reajustes destinada a quebrar a rigidez do ciclo preços-salários.

“Acho que sempre se pode mexer na política salarial quando existem garantias de que a inflação vai ficar lá em baixo”, admitiu o líder sindical, argumentando que “em situações mais civilizadas, com inflação de um por cento ao mês, os salários passam a ser reajustados com base em contratos coletivos de trabalho”. Por enquanto ele pretende obter dos empresários a extensão, para todos, do acordo com a indústria paulista para reajustes baseados na inflação do próprio mês.

No encontro em separado com a economista-chefe da equipe de transição, após a audiência com Collor de Mello, o líder sindical obtive a garantia expressa de que o preço do ajuste econômico não recairá mais uma vez sobre os assalariados. “Perguntei se no plano de Zélia chegaremos aos 100% de perdas salariais, após tudo que perdemos com os planos Cruzado e Bresser, e ela nos assegurou que agora os salários não serão garfados”, disse Medeiros.

A garantia dada pela economista é a manutenção da atual política salarial, pelo menos num primeiro instante. “E o mínimo para nós”, observou o presidente do sindicato. O principal problema do “Plano Zélia”, como admitiram outros interlocutores que ontem estiveram no terceiro andar do anexo II do Itamaraty, é como fazer em seguida a transição do sistema atual, de indexação pelos índices do passado, para um esquema menos rígido de reajustes pela expectativa futura de inflação.

Para resolver esta equação é que alguns sindicalistas saíram convencidos de que não haveria como escapar de um minicongelamento de preços e salários, de curta duração para não repetir as experiências do passado. Sem parar o movimento auto-alimentado de reajustes salariais para repor preços passados, seguidos de aumentos de preços para equalizar receitas e custos, não haveria fórmula capaz de fazer a transição, especialmente no clima de inflação próximo a 70% que se espera para a época da posse do novo governo, a 15 de março.